



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681280 - SP (2021/0225856-2)**

**RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**  
**IMPETRANTE : JOAO GABRIEL DESIDERATO CAVALCANTE**  
**ADVOGADO : JOAO GABRIEL DESIDERATO CAVALCANTE - SP358143**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CLEITON MARCOS DE SOUZA MATIAS (PRESO)**  
**PACIENTE : JEAN RICARDO DE SOUZA MATIAS (PRESO)**  
**CORRÉU : RICARDO ADOLFO GUIRAO**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEITON MARCOS DE SOUZA MATIAS e JEAN RICARDO DE SOUZA MATIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1501933-40.2020.8.26.0322).

Os pacientes foram condenados "por infração ao artigo 155, parágrafos 1º e 4º, incisos I e IV, do Estatuto Repressivo" às penas de "4 anos, 1 mês e 23 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto" e "5 anos, 6 meses e 10 dias de reclusão", respectivamente (fl. 710-711), entendimento mantido pelo Tribunal em razão do desprovimento da apelação.

A parte impetrante sustenta que não é cabível o aumento de pena previsto no art. 155, § 1º, do CP, porquanto necessário que o ambiente esteja habitado. Afirma que "o delito em tela foi praticado em local inabitado: num posto de combustível que estava fechado e sem ninguém dentro durante o horário do dito crime, conforme narrado pelo proprietário do estabelecimento" (fl. 6).

Argumenta ainda que "é pacífico na jurisprudência pátria que, no caso de furto qualificado, não há que se falar em aumento de pena pelo repouso noturno" (fl. 7).

Requer a concessão da ordem para readequação da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente